



NOVO ESTATUTO UMA RECONSTRUÇÃO

O Coritiba Foot Ball Club vive um momento de importância singular em sua trajetória. A Proposta do Novo Estatuto representa as bases para a reconstrução do Clube e uma orientação para o futuro. Esta Proposta é resultado do trabalho da Comissão para a Reforma do Estatuto, formada no início de 2025, composta por conselheiros e sócios com profundo conhecimento histórico do Clube, provenientes de diferentes camadas de sua comunidade, com referências nas áreas jurídica, empresarial, esportiva e acadêmica.

Ao longo de 2025, a Comissão pautou-se por um trabalho técnico e aprofundado, com o objetivo de apresentar uma proposta sólida e moderna, alinhada ao processo de resgate institucional iniciado com a nova gestão. Transparência, diálogo, compromisso com os melhores interesses do Clube e envolvimento da comunidade orientam o processo de apresentação deste Novo Estatuto, construído passo a passo, sem precipitações.

Durante seus trabalhos, foram analisados diversos estatutos de clubes brasileiros e estrangeiros, reconhecidos por seus modelos de governança e democratização associativa, bem como os principais marcos legais dentro e fora do esporte, buscando a melhor sintonia entre a Associação, seus novos desafios institucionais e sua participação no modelo de Sociedade Anônima do Futebol (SAF).

A Proposta do Novo Estatuto constitui um passo decisivo para a reconstrução e o fortalecimento do Coritiba Foot Ball Club, almejando inaugurar um novo capítulo de sua história, ao consolidar um modelo de gestão pautado pela transparência, responsabilidade e sustentabilidade, com plena participação e representação de sua comunidade: um clube historicamente construído em sinergia com as pessoas.

A Proposta encontra-se em processo de apresentação pública aos conselheiros, sócios, torcida e demais partes interessadas, estando disponível no site da Associação e podendo receber sugestões de emendas. Posteriormente, será submetida à apreciação do Conselho Deliberativo e, na sequência, será realizada a convocação para deliberação em Assembleia Geral, conforme o cronograma previsto.

**Adiante, segue um resumo da Proposta do Novo Estatuto,
em 8 pontos.**



1

UM NOVO PROPÓSITO

Com a constituição da Sociedade Anônima do Futebol (SAF) e a venda de 90% de suas ações, o Coritiba Foot Ball Club transferiu o controle do futebol ao sócio da configuração societária, atualmente a Treecorp. Diante desse novo contexto, cabe à Associação um papel histórico: reposicionar-se de forma clara e assertiva para exercer plenamente suas atribuições na estrutura societária constituída e, para além disso, fundar as bases que assegurem o futuro da Associação, da própria SAF e da comunidade coritibana.

Face a esse conjunto de desafios, a Proposta do Novo Estatuto busca orientar da melhor forma o funcionamento da Associação, fundamentando-se primordialmente nos seguintes objetivos:

- Atualizar o próprio Estatuto vigente, assegurando que a Associação cumpra plenamente seu papel na configuração societária, por meio de processos definidos, além de representar e zelar pela identidade centenária do Clube, conforme as prerrogativas das Ações Classe A, das quais é agente soberano;
- Fiscalizar o cumprimento dos contratos societários e o pagamento da recuperação judicial;
- Fortalecer a parceria e a estrutura da SAF, por meio da proposição de iniciativas qualificadas;
- Fomentar projetos que promovam o desenvolvimento social e econômico da Associação de forma mais ampla, bem como assegurar a representação, o pertencimento e a participação política efetiva de sua comunidade, assumindo um papel mais ativo na promoção da sinergia e do pertencimento.



2 ADEQUAÇÃO À SAF

Desde a criação e a venda da SAF do Coritiba, a atuação da Associação na configuração da SAF permaneceu sem organização e regramento adequados, o que relegou a Associação a uma posição vulnerável, com uma governança desconexa e confusa nesse novo contexto.

Com a Proposta do Novo Estatuto, essa relação e a atuação institucional passam a ser regulamentadas, adquirindo contornos definidos, por meio da formalização e da clarificação de diversos processos, que devem acontecer no âmbito dos seus Conselhos ou, dependendo do caso, até mesmo em Assembleia Geral de sócios. Estes processos abrangem desde a escolha dos representantes da Associação na SAF e a fiscalização de sua atuação, até os ritos para deliberações e movimentações da SAF que demandem aprovação da Associação, bem como os mecanismos de participação e controle social por parte de seus conselheiros e associados, entre outros.

Dessa forma, a Proposta do Novo Estatuto insere competências fundamentais de boa governança, com o objetivo de disciplinar questões decorrentes da relação entre a Associação e os sócios-acionistas no âmbito da Sociedade Anônima do Futebol (SAF), assegurando a transparência, o equilíbrio nas decisões, a proteção dos interesses institucionais dos associados do Clube, bem como os estímulos para o melhor desenvolvimento do Projeto SAF.



3

GOVERNANÇA E DEMOCRATIZAÇÃO

A ausência de processos definidos, mecanismos de controle, planejamento de longo prazo e transparência, aliada à presença da “politicagem”, de estruturas fechadas e elitistas, travaram por muito tempo o desenvolvimento do Coritiba. A Proposta do Novo Estatuto surge como um instrumento estratégico para superar essas práticas. Nessa perspectiva, busca reposicionar a Associação, garantindo que os interesses da comunidade Coxa sejam efetivamente representados na instituição, viabilizando, dessa forma, bases sólidas para um projeto consistente, perene e orientado para o futuro da entidade.

Como pilares centrais, figuram os princípios da governança e da democratização, que se refletem em mudanças importantes na Proposta do Novo Estatuto:

- Processos de funcionamento mais claros e definidos;
- Conselhos mais independentes entre si, organizados em “maioria” e “minorias”, equilibrando governabilidade e fiscalização;
- Existência de um Plano Estratégico Institucional;
- Controles internos e transparência ampliados;
- Estrutura política mais aberta, dinâmica, alinhada às demandas dos sócios e atualizações da sociedade;
- Remoção de barreiras econômicas, de temporalidade associativa e de gênero para a participação política;
- Maior participação dos associados em reuniões de Conselhos e Comissões;
- Alinhamento às leis vigentes, incluindo a Lei da SAF, a do Profut, a Lei Geral do Esporte e a LGPD.



4

SIGNOS IDENTIFICATIVOS

A formatação e a venda de 90% da SAF do Coritiba, sem a prévia reforma do Estatuto, colocaram o Clube em uma situação delicada quanto à preservação de seus símbolos e tradições, uma vez que o Estatuto vigente não detalha adequadamente o rico universo simbólico da comunidade Coxa.

A Proposta do Novo Estatuto dedicou atenção especial à expressão dos princípios, valores e diretrizes institucionais (capítulo I), organizando e descrevendo também os “signos identificativos” (capítulo II) que representam o Coritiba Foot Ball Club. Isso inclui elementos históricos, comemorações, práticas culturais, bem como patrimônios materiais e imateriais que refletem a identidade e as tradições do Clube.

Dessa forma, a Proposta do Novo Estatuto detalha claramente os símbolos oficiais, clarificando referências historicamente consolidadas, como hinos e alcunhas, fortalecendo a conexão com a comunidade coritibana.

Assim, a Proposta do Novo Estatuto busca conformidade com a Lei nº 14.193/2021 (“Lei da SAF”), permitindo que a Associação exerça, com clareza e segurança, seu papel de guardião da simbologia institucional. Na nova configuração societária da SAF, a Associação participa e contribui como protetora da identidade histórica e centenária do Clube, reconhecido como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado do Paraná.



5

ATUALIZAÇÃO ELEITORAL

A Proposta do Novo Estatuto traz também atualizações fundamentais para o modelo eleitoral coritibano. Nessa perspectiva, destacam-se:

NOVIDADE	OBJETIVO	ANTES
Prevê Comissão Eleitoral, que organizará as eleições do Clube.	Mais segurança, imparcialidade e isenção durante o pleito, além da melhor proteção aos dados sensíveis dos sócios.	Não há Comissão Eleitoral.
Mandatos de 4 anos.	Permitir e estimular projetos de médio e longo prazo.	Mandatos de 3 anos.
Chapas eleitorais menores. Lista fechada de 108 integrantes: <u>Diretoria Executiva = 3</u> <u>Cons. Deliberativo = 100</u> <u>Conselho Fiscal = 5</u>	Facilitar a formação de chapas (menos pessoas), e ao mesmo tempo estimular a valoração e o compromisso do cargo de ser conselheiro. A eleição direta do Conselho Fiscal (via Assembléia) busca dar independência efetiva ao órgão e reforçar a escolha do sócio	Lista fechada de 165 integrantes: <u>Cons Administrativo = 5</u> <u>Cons. Deliberativo = 160</u> <i><u>Cons. Fiscal = eleito internamente, pelo Conselho Deliberativo, após Assembleia.</u></i>
Chapa define a ordem de prioridade na ocupação de cadeiras, dos seus conselheiros.	Renovar e dar abertura da vida política do Clube. Superar um Conselho formado “sempre pelos mesmos”.	Sócios mais antigos tem prioridade na ocupação das cadeiras, dentro da chapa.
Chapas deverão ter, pelo menos, 10 candidatas ao Conselho Deliberativo e 1 à Diretoria Executiva ou Mesa do Conselho Deliberativo.	Reduzir barreiras de participação feminina, além de estimular o atendimento aos impositivos estabelecidos pela Lei Geral do Esporte (LGE), obrigatórios para poder receber incentivos públicos. Mais de 20% do quadro associativo Coxa é de mulheres.	Não há estímulo para participação feminina.



6

AVANÇOS DE GOVERNANÇA

NOVIDADE	OBJETIVO	ANTES
<p>Conselho Deliberativo passa a ter um total de 150 cadeiras eletivas:</p> <p><u>Chapa vencedora (“maioria”) = 100 cadeiras</u></p> <p><u>Chapas não vencedoras (“minorias”) = 50 cadeiras (dividem proporcionalmente)</u></p>	<p>Busca equilibrar governabilidade e fiscalização, incentivando uma oposição responsável que não paralise o Clube. Com duas chapas concorrentes, as 50 cadeiras destinadas às “minorias” caberão à chapa não vencedora.</p> <p>Havendo apenas uma chapa, esta será aclamada e haverá, excepcionalmente, 100 cadeiras do Conselho Deliberativo.</p>	<p>Conselho Deliberativo com 160 cadeiras eletivas. Chapas dividem as cadeiras percentualmente conforme resultado das eleições.</p>
<p>Conselho Fiscal terá 5 eleitos, mas:</p> <p><u>Chapa vencedora: (“maioria”) = 3 cadeiras</u></p> <p><u>Chapas não vencedoras: (“minorias”) = 2 cadeiras</u></p>	<p>Equilibrar governabilidade e fiscalização, e fomentar efetiva independência do órgão. Com duas chapas concorrentes, as duas cadeiras destinadas às minorias caberão à chapa não vencedora. Havendo apenas uma chapa, as cinco cadeiras serão atribuídas à chapa aclamada.</p>	<p>Conselho Fiscal com 5 cadeiras, eleitos em Sessão interna do Conselho Deliberativo. Assim, geralmente a Chapa vencedora elege todo o Conselho.</p>
<p>Restringe candidaturas com conflitos de interesse ou histórico de má conduta, exigindo idade mínima de 30 anos e experiência no Conselho do Clube para integrar a Mesa do Conselho Deliberativo ou a Diretoria Executiva.</p>	<p>Assegurar integridade, maturidade e qualificação na gestão do Clube, prevenindo conflitos de interesse e estimulando que cargos estratégicos sejam ocupados por membros com conduta ética e experiência institucional.</p>	<p>Não há este nível de exigência e critério.</p>
<p>Plano de Gestão, à Chapa concorrente, com diagnóstico do passado e perspectiva de futuro.</p>	<p>Apresentação de Diretrizes de Gestão aplicáveis, com diagnóstico e visão temporais prévios a eleição, e não apenas “Planos de Gestão” para cumprir formalidades eleitorais.</p>	<p>Não há este nível de exigência e critério.</p>



7

EVOLUÇÃO INSTITUCIONAL

NOVIDADE	OBJETIVO	ANTES
Transformação da Comissão Disciplinar em Comissão de Ética e prevê a criação de um Código de Ética.	Permitir que o clube atue de forma preventiva, promovendo valores e boas práticas, e não apenas aplicando punições. Busca fortalecer a cultura interna, bem como a imagem e credibilidade do clube junto aos associados e demais partes interessadas. Além disso, alinha a gestão às boas práticas modernas de governança e integridade.	Não há Código de Ética.
Mesa do Conselho Deliberativo será formada por membros já indicados previamente pelas chapas, na inscrição. O presidente do Conselho Deliberativo será eleito internamente.	Democratizar a formação da Mesa do Conselho Deliberativo, equilibrando governabilidade e fiscalização. A Mesa será composta por três membros - presidência, eleita em sessão interna, e vice-presidência e secretaria, indicadas pela chapa vencedora - além de mais dois suplentes das chapas não vencedoras, estes com direito a voto na composição das Comissões Eleitoral, de Ética e Legislativa, garantindo representação e equilíbrio político nos órgãos do Clube.	Todos os membros da Mesa são eleitos em Sessão interna do Conselho, após a Assembleia.
Sinergia: Propõe um papel mais ativo para o Conselheiro e Sócios.	Que Conselheiros e Sócios possam dar o efetivo suporte à reconstrução da Associação e ao seu fortalecimento econômico e social, Conselheiros e Sócios poderão propor ajustes ao Plano Estratégico Institucional, participar de Comissões já constituídas ou sugerir a criação de Comissões de trabalho específicas, bem como o estabelecimento de parcerias externas em ações sinérgicas com a Associação. Enfim, botar a “mão na massa”	Conselheiros com um papel mais “contemplativo” e de deliberação. Sócios mais apartados da vida diária do Clube



8

CONSELHO REVIGORADO

NOVIDADE	OBJETIVO	ANTES
Eleições suplementares serão melhor regradadas para garantir um Conselho forte e aberto.	Dinamizar a reposição de Conselheiros em caso de vacância, estabelecendo prazos máximos para eleições suplementares. Oportunizar a participação e entrada na vida política dos Coxas que não tenham proximidade com grupos políticos já constituídos (“panelas” ou “alas”).	Não havia prazos limites para eleições suplementares.
Fim do Conselho Consultivo e de novos conselheiros vitalícios. Conselheiros vitalícios remanescentes, passam a pagar taxa do Conselho.	Dinamizar o funcionamento, a abertura e a modernização da Associação, encerrando a existência de órgãos e títulos obsoletos.	Modelo inchado e obsoleto, de pouca participação política, muitas faltas às sessões de Conselho.
Reconhecimento ampliado: cuidado e respeito às Tradições.	Possibilitar formas mais amplas e diversas de reconhecimento da contribuição de pessoas, coletivos e instituições, inclusive de figuras externas, que participaram e participam da construção e do crescimento do Clube, por meio de títulos de caráter estritamente honorífico, sem natureza política. Realização de reunião anual da Diretoria Executiva com os Conselheiros Natos.	Não havia modelo sistematizado e mais complexo de reconhecimento honorífico, ou para manifestação de antigos dirigentes.
Previsão de Comissões Mistas e novas Comissões Estratégicas: História, de Planejamento, e do Futebol	Democratizar a participação ativa na vida do Clube, ampliando o acesso dos sócios, por meio de grupos de trabalho especializados, inclusive com a previsão de parcerias com universidades, iniciativas empresariais e outras instituições de referência, estimulando suporte técnico qualificado à Associação em temas centrais da SAF e no fortalecimento social e econômico da própria Associação.	Comissões geralmente formadas apenas no âmbito do Conselho, sem abertura para sócios ou agentes externos de suporte



CRONOGRAMA **DO NOVO ESTATUTO**

2025	CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO E ELABORAÇÃO DE PROPOSTA	✓
NOVEMBRO/2025	COMUNICAÇÃO À MESA E ENVIO DA PROPOSTA À COMISSÃO LEGISLATIVA	✓
NOVEMBRO/2025 ATÉ JANEIRO/2026	ANÁLISE PRÉVIA DA COMISSÃO LEGISLATIVA	✓
JANEIRO/2026	PARECER PRÉVIO POSITIVO DA COMISSÃO LEGISLATIVA (EM SESSÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO)	✓
FEVEREIRO/2026	APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA (DISPARO DE E-MAIL AOS CONSELHEIROS E PUBLICAÇÃO NO SITE) RECEPÇÃO DE SUGESTÕES DE EMENDAS (GOOGLE FORMULÁRIO)	
MARÇO/2026	ANÁLISE FINAL DA COMISSÃO DO ESTATUTO E COMISSÃO LEGISLATIVA	
MARÇO/2026	VOTAÇÃO NO CONSELHO DELIBERATIVO E CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA DE SÓCIOS	
ABRIL/2026	VOTAÇÃO EM ASSEMBLÉIA DE SÓCIOS	